

AS IDEIAS LINGUÍSTICAS DE DUARTE NUNES DO LEÃO:
CONTRIBUIÇÕES À GRAMATICOGRAFIA EM LÍNGUA PORTUGUESA

THE LINGUISTIC IDEAS OF DUARTE NUNES DO LEÃO:
CONTRIBUTIONS TO GRAMATICOGRAPHY IN PORTUGUESE LANGUAGE

Dieli Vesaro Palma

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
dieli@uol.com.br

Neusa Barbosa Bastos

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –
Universidade Presbiteriana Mackenzie
nmbastos@terra.com.br

RESUMO: A *Origem da Língua Portuguesa* (1606), de Duarte Nunes do Leão, é o tema deste trabalho, integrando um projeto que focaliza a gramaticografia em Língua Portuguesa, do século XVI ao século XXI, desenvolvido pelo Grupo de Historiografia da Língua Portuguesa, da PUC-SP. Nele, objetiva-se descrever e explicar essa obra, observando-se os princípios da Historiografia Linguística, a saber: contextualização, imanência e adequação (KOERNER, 1996). Analisaram-se a Estrutura da Obra, a Dedicatória e capítulos com particularidades da Língua Portuguesa ou com relações estabelecidas entre ela e a Língua Espanhola. Os resultados mostram que essa obra, de caráter inovador, dá continuidade à tradição greco-latina presente na gramaticografia portuguesa dos séculos XVI e XVII, tendo como referência a Língua Latina e o uso correto da língua vernácula, como expressão da identidade nacional portuguesa, e rompe com os trabalhos gramaticais de seus contemporâneos.

PALAVRAS CHAVE: Historiografia Linguística, gramática histórica, gramaticografia, continuidade, ruptura

ABSTRACT: *Origem da Língua Portuguesa* (1606), by Duarte Nunes do Leão, is the theme of this paper, as part of a project that focuses on Grammaticography in Portuguese Language between the XVI and the XXI centuries, which is being developed by the Portuguese Language Historiography Group, at PUC-SP. The purpose is to describe

and explain that work according to principles of Linguistics Historiography, such as: contextualization, immanence and adequacy (KOERNER, 1996). The Work Structure, The Dedication and chapters, specially focusing on specificities of the Portuguese Language were analyzed, or with relations established between her and the Spanish Language. The results show that this work continues the Greek/Latin tradition seen in Grammaticography in Portuguese Language between the XVI and the XVII centuries, based on Latin references and the accurate use of native language as an expression of the national Portuguese identity, and, by its historical character, innovative, breaks with the grammatical works of his contemporaries.

KEYWORDS: Linguistics Historiography, historical grammar, grammaticography, continuity, breaking

Para iniciar

O tema deste trabalho é *Origem da Lingoa Portvgvesa*, de Duarte Nunes do Leão¹, publicada em 1606. Assim, é importante destacar-se que, nesse período, Portugal, após o trágico desaparecimento do rei D. Sebastião, estava sob o domínio espanhol e o povo português ressentia-se dessa dominação, podendo-se citar entre os descontentes o autor da obra sob análise, embora ele tivesse aderido ao governo filipino.

Sua rejeição ao dominador manifestar-se-á em diversos momentos da história da língua, por meio de críticas dirigidas à língua espanhola. É importante destacar-se que os humanistas, nos séculos XIV e XV, valorizaram sobremaneira a Língua Latina, mas, na Europa românica, desde o final do século XV, houve a defesa das línguas nacionais. Segundo Spina (2008, p. 288), essa “defesa da língua portuguesa se fazia não só em relação à latina, mas ainda em face da moda vigente do castelhano, que às vezes competia com o idioma nacional – como se pode ver em muitos poetas...”, que produziram, parcial ou totalmente, suas obras na língua de Cervantes.

O trabalho foi elaborado seguindo as propostas metodológicas do Grupo de Pesquisa de Historiografia da Língua Portuguesa do IP-PUCSP, cadastrado no CNPQ e liderado por nós, professoras doutoras Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos e Dieli Vesaro Palma. O Grupo tem por objetivo o estudo histórico/historiográfico dos movimentos linguísticos ocorridos desde o momento da

¹ Os dados deste artigo terão como referência a edição de 1606, confrontados com a de 1864, baseada na de 1784, “correcta e emendada”,

colonização brasileira até a atualidade e seus desdobramentos no ensino da Língua Portuguesa. Busca os avanços e retrocessos dos estudos linguísticos que possibilitem uma distinção consistente das várias modalidades de gramática e de tratados sobre a língua produzidos desde o século XVI, época da publicação da primeira gramática portuguesa, até o século XXI (Cf. BASTOS e PALMA, 2006).

Objetivamos, assim, fazer um levantamento, o mais exaustivo possível de obras gramaticais e de estudos linguísticos em Língua Portuguesa, produzidos nos países de Língua Portuguesa e das concepções de ensino da língua materna que, porventura, por eles sejam propostas. Procura-se também estabelecer critérios por meio dos quais esses trabalhos possam ser agrupados em conjuntos teórica e pragmaticamente homogêneos, a fim de analisar o processo de constituição da gramaticografia e o saber linguístico produzidos em Língua Portuguesa. Pretendemos, portanto, estabelecer parâmetros metodológicos e conceituais que possibilitem uma distinção precisa e consistente das várias modalidades de trabalhos produzidos no período em estudo e também mapear as concepções de ensino da língua materna, construindo-se um quadro das políticas linguísticas vigentes nesse período.

Nesse sentido, o Grupo atua na área da Historiografia Linguística, que é “uma disciplina que descreve e explica como se adquiriu, formulou, transmitiu e desenvolveu o conhecimento linguístico no decorrer temporal”. (Swiggers, 1990:21.). Endossando a mesma posição, Maria Filomena Gonçalves (2002:12), historiógrafa da Universidade de Évora, afirma que,

Tal como a história da língua responde à reconstrução dos estados passados dos sistemas linguísticos, nos vários níveis de análise, também a historiografia procura reconstruir o ideário explícita ou implicitamente formulado sobre o fenómeno da linguagem, assim como as reflexões vertidas sobre línguas particulares, em dada época e em determinado contexto social, político e institucional, sem se confundir, todavia, com os objectivos da filosofia da linguagem, ou a ela se sobrepor.

Dessa forma, neste artigo, estamos fazendo um recorte na produção de conhecimentos linguísticos sobre a Língua Portuguesa, tendo por objetivo destacar as contribuições de um de seus estudiosos, a saber, Duarte Nunes do Leão.

É importante destacar-se que, segundo Kemmler (2013), no momento seminal da gramaticografia portuguesa, há quatro tratados metalinguísticos sobre a língua vernácula: o de Fernão de Oliveira, a *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536); o de João de Barros, a *Grammatica da lingua Portuguesa*

(1540); o de Pero de Magalhães de Gandavo, com as *Regras que ensinam a maneira de escrever e Orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua* (1574) e o de Duarte Nunes de Leão, com o tratado sobre a *Orthographia da Lingoa Portvgvesa* (1576). São, duas gramáticas e duas obras metaortográficas independentes.

Romeo (2009), por sua vez também aborda a questão da gramaticografia quinhentista e destaca que os autores portugueses tiveram como “preocupação fundamental a codificação e a fixação da Língua Portuguesa face à preeminência do Latim e, particularmente, face à difusão do Castelhana” (p.55). Afirma esse autor que, nesse contexto, a ortografia ganha grande relevância e Duarte Nunes do Leão assume uma posição etimologizante ao aproximar a ortografia portuguesa da latina, fato que é também destacado por Maria de Fátima Gonçalves, ao considerar que,

Não obstante os objetivos programáticos de qualquer obra metaortográfica, Duarte Nunes de Leão lança entre nós as bases teóricas de uma corrente ortográfica de recorte essencialmente diacrônico, perspectiva que é consolidada na *Origem da Lingoa Portuguesa* (1606), contra a perspectiva sincrônica privilegiada da fonética vernácula como condição prévia para as bases do sistema gráfico. (2003, 842-843 *apud* ROMEO, 2009, p. 56)

Assim, em face desse tratamento dado à ortografia na *Origem da Lingoa Portuguesa*, que se caracteriza como uma história da Língua Portuguesa, é que estamos considerando que essa obra mereça um estudo historiográfico, uma vez que ela apresenta um conhecimento linguístico inovador e relevante para a fixação da Língua Portuguesa, no momento histórico em que ela era ameaçada pelo Castelhana.

Fazer-se um estudo historiográfico implica a observação de metodologia precisa. Nesse sentido, fundamentado em Koerner (1996), um estudo de Historiografia Linguística segue três princípios: o da contextualização - em que se traça ou se recompõe o clima de opinião ou o espírito da época (as principais correntes intelectuais do período), para se verificarem as interferências desse contexto no autor sob observação bem como as contribuições deste último para a época em que viveu. Com o da imanência, busca-se um entendimento completo tanto histórico quanto crítico, possivelmente filológico, do texto em questão, mantendo-se o pesquisador fiel ao que foi observado, para o estabelecimento de um quadro geral da teoria e da terminologia usadas que devem ser definidas internamente e não em referência à doutrina linguística moderna. Finalmente, o

princípio da adequação pelo qual o historiógrafo busca introduzir, propondo, de forma explícita, aproximações modernas do vocabulário técnico e um quadro conceptual de trabalho que permita a apreciação de um determinado conceito ou teoria, incluindo-se constatações das afinidades de significado que subjazem a ambas as definições. Eles serão seguidos nesta exposição.

Nosso objeto de análise ou fonte de pesquisa primária, como já dito, é a obra *Origem da Língua Portuguesa*, de Duarte Nunes do Leão. Iniciamos apresentando a época, século XVI/XVII, e o autor em estudo, desenvolvendo-se, dessa forma, o princípio da contextualização, dado que estamos refletindo sobre um fenômeno linguístico, típico de uma língua particular, ocorrido em um determinado momento e em um específico contexto social, político e institucional (Cf. ROMEO, p.56)

1. Duarte Nunes do Leão e seu tempo

1.1 O contexto de época

Desde 1540, após o desastre da batalha de Alcácer-Quibir (1578), com a morte de D. Sebastião, Portugal havia passado para o domínio espanhol, por ser Felipe II, rei da Espanha, neto de D. Manuel, o Venturoso, e primo do rei português. Do ponto de vista político, essa passagem tem diversas implicações: não é apenas a vagância do trono e o deslocamento do centro de decisões de Lisboa para Madri, mas é a perda da soberania, uma ferida no orgulho nacional, passando Portugal a ser uma província espanhola. Esse é um período de declínio para o povo luso: seu comércio arruína-se, os portos lusitanos estão indefesos, as colônias, abandonadas nas mãos de pessoas não idôneas, o patriotismo quase morto; a nobreza, empobrecida; os proprietários rurais, sem servos; o povo, sem incentivos e a Língua Portuguesa, desamparada. Esse quadro agrava-se com a Inquisição, pois a perseguição aos judeus compromete ainda mais o frágil comércio interno e as pressões externas das Companhias de Comércio acabam por asfixiar o comércio externo. Assim, ao desastre político, soma-se o fracasso na economia e o fracasso moral, uma vez que a miséria, a luxúria e o impudor haviam se instalado na corte e nas famílias portuguesas.

O cenário acima apresentado não é propício ao desenvolvimento da cultura, a qual, no período filipino, em Portugal, também sofre os reflexos da perda da liberdade, da não proteção do governo espanhol às Artes e às Letras e da censura, aliada à Inquisição, que bloqueiam a criatividade e o surgimento de obras inovadoras, uma vez que o conteúdo está sempre sob controle. Apesar desse

clima, podem ser destacadas produções artísticas, quer na literatura, quer na arquitetura, quer na pintura e na escultura. São obras marcadas pela introspecção de seus autores, em que há o predomínio da forma sobre o conteúdo, que devia ser superficial ou religioso, não podendo apresentar manifestações contrárias ao sistema vigente. Entre as grandes criações literárias desse período, podem ser citadas as obras representativas do Barroco português, dos padres Vieira e Bernardes. Como decorrência das acadêmicas criadas, à semelhança do que ocorria na França, na Alemanha e na Itália, produzem-se obras de cunho moral e religioso, sendo muitas delas bilíngues, escritas em Português e em Espanhol, o que nos aponta uma aproximação entre as duas nações, aspecto que se refletirá no trabalho de Duarte Nunes do Leão. Dada a natureza do tema deste artigo, não fazemos referência às demais artes, limitando-nos à arte literária.

Também a historiografia² tem vasta produção. Nesse período, como decorrência da necessidade de se manter vivo o espírito nacional sob a dominação estrangeira, é desenvolvida, sobretudo, pelos Alcobacenses, sendo caracterizada pela afetação retórica e pelo cuidado excessivo com a forma. Essa característica – a defesa do espírito nacional – também está presente na obra do autor sob análise.

No que diz respeito à educação, surge a necessidade de uma didática com bases científicas, frente ao progresso das ciências experimentais e das matemáticas, disciplinas que deveriam agora compor os currículos escolares, até então restritos ao literário e ao humanístico, elementos típicos das propostas curriculares clássicas. Surge um novo conceito de educação, que valoriza os sentidos e o uso de métodos objetivos. Ao lado desses aspectos, projeta-se também a necessidade da educação plebeia, entendida como aquela destinada aos filhos de burgueses e não mais apenas dos nobres. Cumpre destacar que essa educação é destinada àqueles que têm prestígio ou pelo nascimento ou pelo dinheiro, não contemplando os pobres a quem não é dado o direito ao estudo.

² Segundo Saraiva e Lopes (s/d), na segunda metade do século XVI, surgem várias histórias de Portugal, entre elas as *Crônicas dos Reis de Portugal*, de Duarte Nunes do Leão, publicadas em 1600. Afirmam esses autores que “Nestas obras pode reconhecer-se uma tendência para a epitomização e a popularização da história de Portugal, impulsionada por um público largo. A crônica geral do reino era uma função da Coroa, por ela custeada. Os novos epitomes, sumários, diálogos, etc. são, pelo contrário estimulados por esse público que já encontramos a propósito dos romances de cavalaria, da literatura de viagens, das obras de J.F. Vasconcelos, etc. Por outro lado, o interesse pela história de Portugal é uma expressão do sentimento de autonomia nacional antifilipino, vivo sobretudo entre as camadas populares e burguesas” (p.408).

Para Nunes Leão, a escola deveria garantir a preservação da Língua Portuguesa, pela valorização da norma padrão, como se mostrará à frente.

Segundo Spina (2008, p.280), a Língua Portuguesa, em meados do século XVI, passou por diversas e grandes transformações,

enriquecendo o seu acervo lexical, disciplinando as suas estruturas, competindo com a língua irmã, o espanhol, e expandindo-se para fora do seu domínio continental. Enriquecimento, disciplina gramatical, emulação com o castelhano e expansão da língua, principalmente a falada para os povos conquistados – eis a fisionomia do português nessa época. Isto não significa dizer que o português tradicional, há dois séculos separado do galego, não permanecesse como língua viva, falada e inclusive escrita.

Nesse contexto, quanto à produção linguística, uma das suas características principais, nesse momento, é a apologia da língua materna que é um tema frequente nos estudos dos séculos XVI e XVII. Essa temática enfatiza a consciência do papel da Língua Portuguesa como elemento de consolidação da identidade nacional; destaca que o enriquecimento do vernáculo e a fixação de uma norma são fundamentais para a construção dessa identidade e aponta ainda a possibilidade de se descrever o vernáculo segundo os modelos usados na descrição do Latim. Esses são traços universais da apologia da língua materna, presentes na Linguística do quinhentos e do seiscentos. Em Portugal, acrescem-se a esses os seguintes traços: a língua que ultrapassa os limites do território nacional; a necessidade de defender sua identidade diante da língua espanhola; a ausência de disputa entre dialetos; a defesa do paradigma funcional da língua materna; a prova de seu caráter sistemático e o aparecimento do plano histórico. Focando esses aspectos da apologia da língua nacional, surgem as gramáticas de Fernão d’Oliveira, em 1536; a de João de Barros, em 1540; o tratado sobre a origem da Língua Portuguesa de Duarte Nunes do Leão em 1606, e a gramática de Amaro de Roboredo, em 1619, entre outras.

Essa valorização da Língua Latina, a partir da segunda metade do século XV, criou um grupo de escritores eruditos que, em suas obras, foram introduzindo latinismos e reformulando as formas arcaicas, e também levou à produção de gramáticas (Cf. SPINA, 2008).

Outro aspecto relevante dos estudos linguísticos é o interesse pela filologia, típico do Renascimento, que propagou o uso de ortografias etimológicas, tendo em vista justificar palavras da Língua Portuguesa, com base em raízes latinas ou gregas, verdadeiras ou falsas. Foi no século XVI que se iniciou o

período pseudoetimológico da ortografia portuguesa, que se estendeu até 1911, quando é proposta a ortografia simplificada. Quando se considera a História da Ortografia Portuguesa (COUTINHO, 1962), a época de Leão corresponde ao segundo dos quatro períodos dessa História, proposto por Leite de Vasconcelos na obra *Opúsculos* (1928-1931). Ela, aliás, marca o início dessa fase da ortografia portuguesa.

É relevante apontar-se que foi o desenvolvimento da imprensa que possibilitou a divulgação das novas grafias, nas quais predominavam os grupos com ch, ph, rh, th e y em palavras de origem grega como *archaico*, *pharmacia*, *rhetorica*, *theatro*, *nynpha*; ct, gm,gn, mn, mpt, em palavras de origem latina, como *poncto*, *fleugma*, *benigno*, *damno*, *prompto* ou letras dobradas, imitando o Latim, como *bocca* e *approximar*, além de falsas etimologias, como *hontem*, *pecego*, *thesoura*, entre outras. Cabe destacar que Nunes do Leão foi influenciado por essa valorização da filologia, a qual pautou produção da *Orthographia da Lingoa Portvgvesa e a da Origem da Lingva Portvgvesa*.

Foi nesse contexto que viveu e produziu sua obra Duarte Nunes do Leão, cujos dados biográficos apresentamos na sequência.

1.2 Breve biografia do autor

Com vistas a conhecer o autor da obra em estudo, apresentamos uma sucinta biografia dele. Duarte Nunes do Leão nasceu em Évora, em 1530 e era filho do médico hebreu João Nunes. Estudou leis na Universidade de Coimbra e, posteriormente, foi procurador e desembargador na Casa da Suplicação. Foi um intelectual profícuo, tendo desenvolvido atividade intensa na área jurídica, na historiográfica e na linguística, revelando uma sólida formação humanística. Politicamente, posicionou-se a favor do governo filipino, mas essa posição favorável ao regime vigente, ou seja, ao domínio espanhol, não lhe serviu de garantia, tendo encontrado obstáculos em sua vida profissional. Há suposições sobre essas dificuldades: sua origem hebreia, a má vontade de invejosos e a sua posição política, que lhe atraiu a ira do Prior do Crato, o qual Nunes do Leão duramente criticara em uma de suas obras. Desiludido, ele morreu em Lisboa em 22 de abril de 1608, dois anos após a publicação da *Origem da Lingoa Portvgvesa*.

A sua obra abrange, fundamentalmente, três áreas: a do Direito, a da Historiografia e a dos estudos linguísticos. Na primeira publicou diversas coletâneas de documentos, supostamente na década de 1560. Quanto à historiografia, legou-nos alguns estudos de caráter biográfico e genealógico sobre

a casa real portuguesa, entre eles as *Crônicas dos Reis de Portugal*, de 1600, além de uma *Descrição do Reino de Portugal, datada de 1610*. Em relação à terceira dimensão, ele publicou estudos pioneiros sobre a Língua Portuguesa. Em 1576, foi lançada a *Ortografia da Língua Portuguesa*, obra na qual Duarte se assumiu como fundador dos estudos ortográficos em Portugal. Em 1606, veio à luz a *Origem da Língua Portuguesa*, analisada neste trabalho. Há, ainda, referências a outros trabalhos no campo da lexicologia e da etimologia, que, infelizmente, perderam-se.

Por sua formação e por sua produção intelectual, constatamos que ele recebeu influências do clima de opinião vigente no momento em que produziu sua história da língua, e, ao mesmo tempo, também, influenciou seus contemporâneos pelas ideias defendidas em sua obra.

2. Duarte Nunes do Leão e sua obra: a análise

De acordo com os princípios metodológicos do GPeHL (BASTOS; PALMA, 2006), selecionamos alguns aspectos – categorias³ – que serão objeto de análise, com vistas à aplicação do princípio da imanência. Assim, são focalizados a estrutura da obra, a sua dedicatória ao rei Felipe II e alguns capítulos que ou apresentam particularidades da Língua Portuguesa ou que possibilitam aproximações entre o Português e a Língua Espanhola, que, como dissemos, competia com a Portuguesa.

2.1 A estrutura da obra

A *Origem da Língua Portuguesa* contém as licenças exigidas para dar andamento a sua publicação, quais sejam, a do Padre Paulo Ferrer, representante do Santo Ofício, afirmando não haver impedimentos para a impressão por considerar a obra um tratado “diligente e proveitoso para os estudos de humanidades”, expedida em Lisboa em 10 de julho de 1601. A segunda licença, assinada por Marcos Teixeira, Bartolomeu da Fonseca e Ruy Pires da Veiga e datada de 19 de julho de 1601, à luz da informação anteriormente dada, autoriza a impressão

³ As categorias relacionam-se aos critérios de análise que, entre outros requisitos, “imprimem cientificidade a um trabalho. O historiógrafo linguista tem como objeto de investigação textos – que poderíamos chamar de fenômenos qualitativos –, os quais constituem suas fontes primárias e secundárias. No seu estudo o pesquisador objetiva encontrar os atributos do objeto pesquisado. Logo, ele trabalha com dados qualitativos, provenientes de diferentes fontes” (BASTOS; PALMA, 2006, p.14)

da obra e recomenda que, após a sua conclusão, ela retorne ao Conselho para confronto com o original. A terceira licença, assinada por Simão Borges, também autoriza a impressão do tratado, baseada no documento do Padre Ferrer, apresentando data de 17 de julho e, finalmente, a quarta, assinada por Pereira e D.dAguiar e datada de 16 de novembro de 1601, ratificando a decisão do Santo Ofício e da Mesa, autoriza a impressão da obra. Comparando-se as datas das licenças e a da publicação do livro, constata-se que Nunes Leão esperou cinco anos para que sua obra viesse a lume.

Além das licenças e da Dedicatória do autor, a obra divide-se em 26 capítulos nos quais são tratados fatos gramaticais, sobretudo lexicais, da Língua Portuguesa e cada um deles tem um tema específico. Esses capítulos são curtos, variando sua extensão entre duas e cinco páginas, com exceção do capítulo VII que trata das diversas maneiras de “corrupção” sofridas pela língua latina falada na “Hespanha”, que era diversa daquela que, naquele momento, falava-se. A seguir, elencamos os capítulos e seus respectivos títulos⁴:

- Capítulo I – Da mudança que as línguas fazem por discurso de tempo
- Capítulo II - Da língua que a princípio se falava em Espanha
- Capítulo III – Como os Espanhóis tiveram letras antes que os Romanos viessem à Espanha
- Capítulo IIII – Da invenção das letras e sua antiguidade
- Capítulo V – Que as línguas cada dia se renovam com novos vocábulos por que se deixam ou emendam os Antigos
- Capítulo VI – A língua que se hoje fala em Portugal donde teve origem, e porque se chama Romance
- Capítulo VII – Das muitas maneiras por que se causou a corrupção da língua Latina que em Espanha se falava na que hoje se fala

- Corrupção que se comete na terminação das palavras
- Da corrupção por diminuição de letras, ou sílabas
- Dos corruptos por acrescentamentos de letras, ou sílabas
- Dos corruptos por troca e transmutação de umas letras em outras
- Corrupção por troca de letras para outras não semelhantes
- Corrupção por traspassação de letras de um lugar a outro
- Corrupção por mudança de gênero
- Corrupção por mudança de número
- Corrupção por mudança do vocábulo em outra forma por mudança de significação

⁴ Apresentamos esses títulos adaptando-os ao Português atual.

- Corrupção por impropriedade de significação alheia
- Corrupção de muitos participios da voz passiva em significação ativa
- Corrupção que se faz traspassando muitos vocábulos de uma significação em outra, por uma figura a que se chama *Metáfora*

Capítulo VIII – De alguns vocábulos portugueses tomados dos Latinos, que pela corrupção que se fez deles estão obscuros

Capítulo IX – Dos vocábulos que tomamos do Gregos

Capítulo X – Dos vocábulos que os Portugueses tomaram dos Árabes

Capítulo XI – Dos vocábulos que os Portugueses tomaram dos Franceses

Capítulo XII – Dos vocábulos que tomamos dos Italianos

Capítulo XIII – Dos vocábulos tomados dos Alemães

Capítulo XIII – Dos vocábulos que tomamos dos hebreus e sírios

Capítulo XV – Dos vocábulos que nos ficaram dos Godos

Capítulo XVI – Dos vocábulos que os Portugueses têm seus nativos, que não tomaram de outras gentes que nós sabemos

Capítulo XVII – De alguns vocábulos antigos Portugueses, que se acham em escrituras, e sua interpretação

Capítulo XVIII - De alguns vocábulos que usam os plebeus, ou idiotas que os homens polidos não devem usar

Capítulo XIX – Como a língua Portuguesa com as mais línguas vulgares em algumas coisas é mais curta que a Latina

Capítulo XX – Da cópia da língua Portuguesa em derivar de uma só palavra muitas mais que as dos Latinos

Capítulo XXI – De algumas palavras Portuguesas e maneiras de falar, que se não podem explicar por outras Latinas, nem de outra língua

Capítulo XXII – Porque os Portugueses não usurparam tantos vocábulos dos Castelhanos como tomam de outras Nações mais remotas

Capítulo XXIII – Porque a língua Portuguesa se não toma das outras nações com facilidade, com que os Portugueses tomam as outras línguas

Capítulo XXIII – Que não é falta de bondade da língua Portuguesa não ser comum a tantas gentes da Europa, como a Castelhana

Capítulo XXV – De que língua tomaram os Portugueses de que tiveram falta, ou lhe forem necessários para ornamento do que falam, ou escrevem

Capítulo XXVI - Da eleição que devemos fazer dos vocábulos, e do exame, e circunstâncias deles.

Essa estrutura temática evidencia que Duarte escreveu uma História da Língua Portuguesa, abrangendo desde a sua origem até o momento da produção de sua obra. Seu trabalho, sempre tomando como referência o Latim, mostra o

percurso histórico da constituição da Língua Portuguesa. Portanto, o tratado, além da perspectiva etimologizante, tem um caráter diacrônico, e pode ser considerado uma gramática histórica⁵ à semelhança do *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, de José Joaquim Nunes (1919) e da *Gramática Histórica de Said Ali* (1930), guardadas as devidas proporções de época. Ao ser considerada uma gramática histórica, cabe a designação de gramático a seu autor, o que nos autoriza a afirmar que ele contribuiu com a Gramaticografia da Língua Portuguesa. Reforça nossa posição o ponto de vista adotado por Saraiva e Lopes (s/d), ao afirmarem que

Para a fixação do Português padrão contribuem a língua literária e o trabalho do gramáticos e teóricos da língua. [...] Publicam-se então numerosos estudos gramaticais, como a *Ortografia da Língua Portuguesa* (1576) e a *Origem da Língua Portuguesa* (1606), de Duarte Nunes do Leão...” (p. 25)

2.2 Dedicatória ao rei Felipe II

Duarte Nunes do Leão oferece seu trabalho “ao Invictissimo e Catholico Rei Dom Philippe o II, de Portugal nosso Senhor” (p.2). Ele inicia seu texto, destacando que, na juventude, escreveu um livro sobre a ortografia da Língua Portuguesa, por considerar a importância do uso correto das palavras, tanto pelos homens cultos como pelos plebeus, “porque não causão menos fealdade os erros que se cometem escrevendo corruptamente que os que cometem falando, mas muito maior, (porque a scriptura fica sempre viua & manifesta, & as palauras passão como cousa momentanea, & que não permanece” (p.2-3)

Prossegue dizendo que, após dedicar-se à realização de estudos mais pesados, tentou elaborar o tratado sobre a origem da Língua Portuguesa e de outras existentes na Hespanha, “per que de hoje em diante se poderá falar mais polido, & screuer mais concertado” (p.3)

As palavras de Nunes Leão evidenciam seu objetivo de introduzir uma nova norma linguística a ser usada tanto na fala quanto na escrita, baseada na etimologia. Com essa meta, ele assume uma posição contrária àquela defendida pelos gramáticos de sua época, que privilegiavam a escrita fonética.

⁵ Fundamentando-nos em Coutinho (1962), assumimos que a “a gramática histórica da língua portuguesa estuda a origem e a evolução do idioma português no tempo e no espaço. Esta evolução processou-se normalmente, de acordo com as tendências naturais de que resultaram os hábitos glóticos do povo português”. (p.14)

Continua seu texto, lembrando ao rei que, como autor, ele sempre teve a proteção do pai de Felipe II, de quem recebeu muitas solicitações de trabalho, e que espera encontrar a mesma proteção do atual governante.

Finaliza a dedicatória, dizendo:

E porque homens inuidos & contrários ao bem commum me fizeraõ morto ante V. Majestade com maa tençaõ, procurando gozar de meus suores, & aproveitarem-se de meu silencio, eu o romperei com nouas obras que cedo sahiraõ a luz com o fauor de V. Majestade, cuja vida o Senhor deos per muitos & felizes annos conserue & prospere. De Lisboa oito de Maio de MDCVI . (p. 3)

Obter a proteção de poderosos era fator fundamental para garantir a divulgação e a aceitação de um estudo ao qual muito tempo e dedicação haviam sido dispensados, sobretudo na época da Inquisição. Nesse oferecimento, Nunes Leão faz referências aos seus desafetos e aponta a forma escolhida para responder às afrontas sofridas. Portanto, ele cumpre um ritual da época, qual seja, ofertar a obra a ser publicada a personalidades de relevância, com vistas a obter resultados exitosos. Fica evidente nessa dedicatória que ele sofreu perseguições políticas, o que pode ser comprovado por sua biografia, mas, parece-nos, que, de acordo com o contexto de época, no qual os judeus eram perseguidos, ele, como filho de judeu, deve ter sido alvo de represálias.

2.3 *Análise de alguns capítulos*

No capítulo inicial, mostra o autor que, com frequência, os vocábulos caem em desuso, surgindo em seu lugar novos, como um mecanismo quase biológico. Para Nunes do Leão, essas novas criações podem resultar de inovações criadas por um escritor e aceitas pelos falantes. Diz ele que a Ciro, Cipião e Augusto, o Latim deve algumas inovações. Ao fazer essa constatação, Duarte explicita uma característica dos trabalhos linguísticos realizados sobretudo no século XVI, a qual estabelece, para a descrição das línguas vernáculas, como modelo, a língua latina. Assim, apesar da apologia de a língua materna ser um forte princípio na produção intelectual nesse período, o Latim, continua a ser considerada a língua de cultura e a referência para o conhecimento e a afirmação das línguas nacionais.

Ele discute, nos capítulos II e III, a língua que a princípio se falava em Espanha e a escrita que lá havia antes da chegada dos romanos. Quanto ao primeiro assunto, diz Duarte:

Questão he tratada de muitos, que lingua foi a que primeiro se fallou em Hespanha, que tem resposta tam incerta quam incerto he que gente foi a que primeiro veo apportar a ella.[...] Pólo que sendo as lingoagões tam mudauel cousa, & remota que em pouco tempo se alteraõ tanto, querer investigar que lingoagem fallauaõ os primeiros Hespanhoes, que foraõ quase no principio do mundo, he perder tempo, & vir a disparar em cem mil devaneos, pois de palavras que consistem soo em som, & percussão o aar, e são inuisiueis não pode hauer rastro, nem memoria senaõ em scriptura que não temos. (p.3)

Essa passagem também nos mostra a inserção de Duarte Nunes no espírito de sua época: a dos estudos históricos, com vistas à valorização do Português, mas que devem ser fundamentados em fontes documentais. Destaca com forte ênfase a alteração linguística e a mutabilidade das línguas, aspecto que virá a caracterizar a Linguística Histórica do século XIX, podendo, portanto, ser considerado um precursor dos estudos históricos da Língua Portuguesa.

O segundo tema, o da escrita, foi discutido contrapondo-se o autor à visão de Nebrija. Diz ele que o gramático espanhol, “varão douto e de maduro juízo” aceitava não ter, na Espanha, até a chegada dos romanos, o “uso das letras”. Duarte refuta os dois argumentos propostos pelo nebricense: a inexistências de moedas pré-românicas e a ausência de letreiros e legendas. O primeiro, diz ele, resulta de o comércio ser feito na base de trocas e a ausência de letreiros e legendas, o segundo, decorre do caráter passageiro da permanência de gregos e fenícios na Península porque

sós elles (os romanos) como homes de mais generosos spiritos, & policia & mais cobiçosos de honra & fama, buscaõ esses meos para perpetuarem sua memória: o que na outra gente bárbara de Hespanha, ou Phenicia não hauia, nem nos Gregos vindiços & mercantijis de que os mais vinhaõ a Hespanha buscar ouro & prata, & chatinar não se diuertiriaõ a essas imaginações de honra, & memória. (p.10)

Com essas duas questões chega a uma conclusão: nem a língua nem o modo de escrever foram únicos na Península Ibérica, argumento que vai, junto com outros, construir a apologia da língua materna.

Ao mesmo tempo em que reconhece a mudança das línguas como um fenômeno natural, também aceita a ideia de corrupção linguística. Nesse sentido, do capítulo VII, que é bastante longo, ao XVIII, Duarte Nunes trata desse tema, apresentando categorizações das diversas formas de corrupção, o que resulta em um afastamento cada vez maior da língua latina. Destaca as contribuições dos gregos, dos árabes, dos franceses, dos italianos, dos alemães, dos hebreus

e dos sírios, mas não as dos espanhóis, que são discutidas no capítulo XXII, como veremos em seguida.

Sobre as corrupções, optamos por focalizar somente as que estão relacionadas à mudança de significação das palavras. Assim, no item *Corrupção por mudança do vocábulo em outra forma pela mudança de significação*, Duarte chama a atenção para a mudança de forma acarretando diferentes sentidos para o mesmo vocábulo latino. O autor escolhe *macula* para exemplificar esse caso. Diz ele que, em Português, quando se quer significar rede, essa palavra altera-se em *malha*; quando se quer expressar pecado ou sentimento de ânimo, cria-se *mágoa* e quando o sentido é de nódoa, surge *mancha*. Portanto, todas são formas diferentes de *macula* e com significações também distintas. Consta-se, assim, que o estudioso português tratou das formas divergentes ou alotrópicas, como designadas por Coutinho (1962), que as caracteriza como “duas ou mais palavras provenientes de uma só de outra língua” (p.235) Esse tema será objeto de estudo das Gramática Históricas no século XIX e início do século XX, no caso específico do Brasil, como a de Coutinho, cuja primeira edição é de 1938.

O outro tópico a ser abordado é *Corrupção por impropriedade de significação alheia*. Nele, o autor caracteriza esse tipo de corrupção como a atribuição de significação imprópria e não pertinente aos vocábulos. Cita vários exemplos, entre os quais destacamos a palavra *casa*, que, no Latim, significava choupanas, que são casas rústicas e, no Português, passou a designar tanto “as grandes & reaes como as do campo” (p.26). Ele mostra também que, em Latim, a palavra *manco* designava aquele que era aleijado nas mãos e, em Português, passou a significar o que é aleijado dos pés. Silveira Bueno (1974), em seu *Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa*, apresenta o seguinte histórico dessa palavra, mas não o relaciona com datas:

Manco – O latim *mancus*, formado de *manus* e o suf. *Cus, ko*, que indica defeito, significava aquele que não tinha uma das mãos. Generalizou-se depois para todo e qualquer defeito físico: de Camões, v.g. diz-se que era “*manco de um olho*” e o P. Vieira, falando de uma nave que não podia navegar perfeitamente, diz que estava “*manca*”. Finalmente restringiu-se ao defeito da perna ou do pé, defeito que faz claudicar, coxear” (p.2294-2295)

Viaro (2011), ao tratar das *Idiossincrasias da mudança semântica*, chama a atenção para a referencialidade, destacando que a expressão *milho verde*, entre outros exemplos, não corresponde à cor do milho. Ressalta que casos como esse, que são muitos, mostram que as denominações não são bons indicadores

de étimo, o que demonstra a imprevisibilidade da mudança semântica. Nesse sentido, afirma que

Uma tipologia da mudança semântica é ainda muito incipiente, mas sabemos que há um imenso número de fatores que a promove. Mesmo que se diga que foram descobertas grandes linhas gerais com alguma previsibilidade, o estudo etimológico não consegue comprová-las sempre, por causa de acidentes históricos imprevisíveis pelos quais uma palavra pode passar. Por exemplo, o lat *testa* “tijolo, telha” passou para o ital *testa* e fr *tête*, com o significado de “cabeça” (p.227)

Essa citação mostra-nos que a mudança da significação original de uma palavra do Latim para as línguas latinas parece ter sido frequente e ela serve de fundamento para a valorização da percepção de Nunes Leão em relação a esse fenômeno semântico, em uma época em que os estudos etimológicos sobre a Língua Portuguesa estavam apenas começando.

Quanto às contribuições dos espanhóis, o capítulo XXII é bastante ilustrativo, tendo por título: “Porque os Portugueses não usurpão tantos vocábulos dos Castelhanos com tomaõ de outras Nações mais remotas” (p:79).

A partir desse título, Duarte Nunes, apresenta os seguintes argumentos:

- Apesar da vizinhança, do comércio e do parentesco com os castelhanos, é de espantar o reduzido número de vocábulos que os portugueses tomam de empréstimo deles. A razão para esse fenômeno é que, além da emulação que havia entre os dois povos, depois da divisão dos reinos, os portugueses e os espanhóis se encontraram perpetuamente em duas letras, que “he a mais notauel diferença que tem estas duas nações, & por que se mais desconhecem.”(p:80) Assim, onde os portugueses usam “m” puro ou líquido, os castelhanos pronunciam “n”, como em capitão /capitán; sermão/ sermon; obrigação /obligacion e “tan caroaeis são os Castelhanos do seu n, que as diçoês Latinas que se acabaõ em m, pronunciaõ com n & dizem *musan, templun, dominun*”. Diz Nuno que a causa dessa diferença é “neglignencia dos mestres que não ensinaõ desde moços os discípulos a pronunciar como lhes ensina Quintiliano”. (p:81) Aqui está outra concepção marcante dos estudos gramaticais portugueses: o domínio do bem falar e do bem escrever, a qual é, por um lado, defendida por Duarte Nunes do Leão, e, por outro, é atacada pela crítica à forma de ensino feita na Espanha. Assim, ele considera que o ensino formal deve garantir a preservação da língua, o que para ele pressupõe o uso da norma padrão, tal como explicita no capítulo XVIII, cujo título é *De alguns vocábulos que vsaõ os plebeios, ou idiotas que os homens polidos não devem vsar*. Sobre essa questão,

assim ele se expressa:

QVANTO os homens polidos deuaõ escusar de fallar palauras insolentes, & grosseiras, de que Iulio César nos auisaua nos guardassemos, adiante faremos mais larga mençaõ, soo ajuntaremos aqui aa sombra de palauras antigas que se também naõ deuem vsar estas que nos lembraraõ.

Adergar, por acertar

Agastura, por agastamento

Corriqueira, cousa, por vulgar, ou costumada

Cuspido a seu pay, por esculpido, ou semelhante

Escafeder, por fugir

Focinho, rosto (p.72-73)

- A segunda diferença entre as duas línguas, que causa muita dificuldade para os portugueses na aprendizagem do Espanhol, é a pronuncia de algumas vogais. Diz o autor:

onde os Portugueses conforme aos Latinos dizem *porta, porto, porco, torto*, os Castellanos per hum seu peculiar diphthongo **ue** dizem *puerto, tuerto, huerto, hueso* & assi os mais que na primeira syllaba batem o, pólo que quando o Português quer fallar Castellano cae muitas vezes. **Ao que ajuda a errada razão da analogia, que os Castelhanos guardaõ; porque dizendo puerta, dizem portero, & de fuerte dizem fortaleza, & de puerto portazgo.** (p.81) (grifo nosso)

Aqui fica mais uma vez evidente a ideia de superioridade da Língua Portuguesa em relação à Espanhola defendida pelo autor, uma vez que se mantém mais próxima de sua origem latina.

- Aponta ainda a diferença na pronúncia do ditongo castelhano *ie*, onde os portugueses pronunciam, segundo o autor, **em**: como quien, bien em lugar de quem e bem. Apesar de aceitar as mudanças e variações linguísticas internas a uma língua, ao analisar, contrastivamente, o Português e o Espanhol, Duarte Nunes do Leão assume uma posição contraditória considerando negativamente a forma de falar espanhola por se afastar muito do modelo latino. Como já foi dito, ele considerava o processo de mudança das línguas, mas verifica-se a contradição no fato de ele parecer propor um único percurso de alteração para todas as línguas, não aceitando, portanto as diversas possibilidades dessas mudanças.

- Dois argumentos encerram o capítulo XXII: o da existência de vocábulos semelhantes entre as duas línguas não ser um caso de empréstimo do Português ao Espanhol, mas o fato de serem eles comuns a várias línguas latinas. Exemplifica com o verbo começar: “que parece viria de com, & initiare, daí *començar* (cast.), *cominciar* (it.) *commnecet* (fr)” (p.81). Ainda em relação a esse assunto, diz que, se naquele momento há no Português vocábulos emprestados do Espanhol, isso se deve ao fato de que

nos unimos com elles, & somos todos de hum mesmo Príncipe, & de hum governo, & com quem agora temos mais commercio & mistura, por vida de sua Majestade, & dos Castelhanos a nos, & nos a ellos, como são lastima, regalo, bilhete, camarada, a troco de mimo, brinco, menino, enfadar desenfadar, festejar, marmelada, serão & outros mais que os Castelhanos tomarão de nos. Polo que se houuesse de fazer represalias de parte a parte por os vocábulos usurpados, ainda acharão mais dos nossos usurpados dos Castelhanos, que seus usurpados dos nossos.(p.81)

Aqui, além de uma justificativa política, o autor aponta questões sociolinguísticas relativas às línguas em contato, as quais só serão aprofundadas nos estudos da linguagem no século XX.

3. Duarte Nunes do Leão e as contribuições de sua obra

Após a análise, constatamos que o autor une a codificação da Língua Portuguesa à sua História. Nessa direção, assim ele se expressa:

E agora por me refocillar do trabalho de outros studos mais pesados, tentei fazer este tractado da origem da mesma lingua, & das outras mais de Hespanha, perque de hoje em diante se poderá fallar mais polido, & screver mais concertado. (Dedicatória)

Com essa declaração, vê-se que ele produz um tratado de cunho gramatical que, por sua natureza, antecipa em dois séculos os estudos históricos. Seu trabalho assemelha-se a uma gramática histórica, voltada a questões relacionadas ao parentesco linguístico. Nesse sentido, traz um dos primeiros conceitos de história da língua, o qual já havia sido expresso em sua obra *Orthografia da Lingoa Portuguesa*, datada de 1596. Sobre essa questão, o autor afirma:

ASSI como em todas cousas humanas há continua mudança & alteração, assi he tambem nas lingoagês. E o que parecia increiuel, tambem isto estaa subjecto ao arbitrio da fortuna: porque assi como os vencedores das terras & prouincias lhes daõ leis em que viuão, asi lhes daõ lingoa que fallem.

[...]

E como os homens entre si saõ per natureza taõ diferentes, nas opinioes, & imaginaçoẽs, assi exprimem per diuersas maneiras seus conceptos com inuençoẽs de palauras. Pólo que em hũa mesma lingoa vaõ fazendo-se tantas mudanças de vocabulos, que per discurso do tempo, fica parecendo outra, como veraa quem cotejar a lingoagem, que oje falla em Portugal, com a que se fallaua em tempo Del Rei dom Afonso Henríquez: & quem considerar o discurso que a lingoa Latina foi fazendo em diuersas idades. (p.1-2)

Reconhece, portanto, a mutabilidade das línguas, tendo focalizado mudanças históricas em várias línguas, como a latina, a fenícia, a basca e as românicas, apontando as alterações linguísticas como fenômenos universais (cf. 17). Mais uma vez antecipando os estudos históricos do oitocentos, Duarte mostra, em uma perspectiva comparativa, as relações fonéticas regulares entre o latim, o português e outras línguas românicas. Assim, apresenta exemplos como:

- o latim *com* & *initiare* resulta no Português *começar*; no Castelhana, *començar*; no Italiano *cominciar* e no frances *commencer*,
- “dizem os Portugueses *espantar*, os Italianos *espauentar*, os Franceses *espouvanter*, que todos vão a hum” (p:81).

Como já foi demonstrado, introduz a etimologia na ortografia, tendência que se manteve até o início do século XX. Essa sua proposta trouxe, em alguns casos, contribuições para o conhecimento da Língua Portuguesa, mas, em outros, por propor falsas etimologias, pôde induzir a erros, como *abade*, *ama*, *capa*, *missa* e *romã*, palavras de origem latina a que ele atribui origem hebraica ou síria.

Entende a etimologia não como morfologia como faziam muitos de seus contemporâneos, mas no sentido que hoje lhe atribuímos: Diz ele:

Natural cousa he aos que se entremetem a fallar algũa lingoa alhea desencaminharse das regras, & propriedades della, & commetterem os vícios que chamaõ barbarismos & solecismos, mormente quando as lingoas saõ muito desemealhantes como aconteceo aos Godos, & Vândalos, & e outros taes nascidos na Gothia e na Sarmacia; vindo a Hespanha onde a lingoa Latina casta & pura que se fallaua corromperaõ, adulterando os vocábulos, & mudando-os em outra forma. & significado differente, & introduzindo outros de nouo de suas terras, & de outras

gentes que comsigo trouxeraõ. Das quaes corrupções poremos alguns exemplos per que os lectores saberaõ muitos segredos desta lingua, que atequi não entendiaõ. E a etimologia de muitos vocábulos que lhes abriara os olhos para inuestigarem o mais. (p:22)

Segundo Maria Leonor Leonor Carvalhão Buescu (1984), é essa preocupação com a etimologia que insere a obra de Duarte Nunes Leão no espírito barroco. Esse aspecto, apenas tangenciado nos gramáticos de períodos anteriores, liga-se ao fato de as línguas vernáculas serem consideradas de menor prestígio e desprovidas de passado. Ao focalizar a língua materna como instrumento de consolidação da identidade nacional, a busca de sua história torna-se extremamente relevante.

Para finalizar

É a reconstrução do passado abordado acima que Duarte Nunes do Leão, estudioso português do início do século XVII, objetiva por meio de sua obra *Origem da Língua Portuguesa*. Ele deixa-nos como herança a importância do conhecimento da história da língua de um povo como fator de sua identidade nacional e cultural, legado que deve ser avaliado à luz da época em que foi produzido, como propõe a *Historiografia Linguística*.

Ao finalizar, salienta-se que os portugueses, marcados pela angústia de povo dominado, refletindo o espírito de transição do Renascimento para o Barroco, assim como os espanhóis, dominadores de Portugal, esses dois povos manifestam em suas produções tanto a tradição herdada, que se mantém em seu tempo, quanto as mudanças havidas no pensamento de sua época. Em termos de conhecimentos linguísticos, ao lado do problema da origem das línguas vulgares, encaram a problemática da origem e essência da linguagem humana. Dessa forma, teve Duarte Nunes do Leão (1530–1608), a sensibilidade reveladora de seu momento histórico-linguístico-cultural. Os estudos gramaticais de Duarte Nunes do Leão, ao mesmo tempo em que representam a continuidade gramatical greco-latina, destacam-se também pela inovação, traduzida pela perspectiva histórica que imprime a seu trabalho, o que o diferencia de outros pensadores seus contemporâneos.

Referências

- ALI, M.S. *Gramática Secundária e Histórica da Língua Portuguesa*. 3 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1964.
- BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. Porta de línguas: gramática e ensino numa visão plurilíngüe. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (orgs) *História Entrelaçada - A Construção de Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa do Século XVI ao XIX*, Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 45-73.
- BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. Considerações Iniciais. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. *História Entrelaçada 2 – A Construção de Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa na primeira metade do Século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p.9-15.
- BUESCU, M. L. C. *Historiografia da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984.
- COUTINHO, I. de L. *Pontos de Gramática Histórica*. 5 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962.
- GONÇALVES, M. F. Notas sobre as Relações entre a História e a Historiografia da Língua Portuguesa: Problemas e Métodos (Com base em Exemplos Oitocentistas). In: CAGLIARI, G.M. et alii. *Descrição do Português: lingüística histórica e historiografia lingüística*. Araraquara: UNESP, FCL; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2002, p.11-24.
- KEMMLER, R. Para uma melhor compreensão da história da gramática em Portugal: a gramaticografia portuguesa à luz da gramaticografia latino-portuguesa nos séculos XV a XIX. In: *Revista VEREDAS*. 19, Santiago de Compostela, 2013, p. 145-176, disponível em https://www.researchgate.net/publication/259737480_Para_uma_melhor_compreensao_da_historia_da_gramatica_em_Portugal_a_gramaticografia_portuguesa_a_luz_da_gramaticografia_latino-portuguesa_nos_seculos_XV_a_XIX.
- KOERNER, K. Questões que persistem em historiografia lingüística. *Revista ANPOLL*, n. 2, 1996, p. 47-70.
- KOSSARIK, M. A. A obra de Amaro de Roboredo – questões de historiografia lingüística portuguesa. In: *ROBOREDO, A. Methodo Grammatical para todas as Línguas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2002, p.7-63.
- LABOURDETTE, J-F. *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2001, capítulo X, p. 263-287.
- NUNES DO LEÃO, D. *Origem, e Orthografia da Lingoa Portuguesa*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1606.

- NUNES, J. J. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. 9 ed. Lisboa: Clássica Editora, 1989.
- ROMEO, R. P.de L. Gramaticografia e Lexicologia em Portugal durante o Século XVI: do Latim ao Português. In: *Limite*, n. 3, 2009, p. 45-65, disponível em https://www.researchgate.net/publication/45428020_Gramaticografia_e_lexicografia_em_Portugal_durante_o_seculo_XVI_do_Latim_ao_Portugues.
- SARAIVA, A.J.; LOPES, O. *História da Literatura Portuguesa*. 4 ed. corrigida. Porto: Porto Editora, s/d.
- SILVEIRA BUENO, F. da. *Grande Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Santos, SP: Editora Brasília Limitada, v. 5, 1974.
- SPINA, S. Segunda metade do século XVI e século XVII. In: SPINA, S. (org.). *História da Língua Portuguesa*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008, p.279-349.
- SWIGGERS, P. Histoire et historiographie de l'enseignement du français: modèles, objets et analyses. *Études de linguistique appliquée*, editado por Daniel Coste, n. 78, 1990.
- VIARO, M. O componente semântico. In: *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2011, p.189-233.

Recebido em 29 de agosto de 2017.

Aceito em 4 de outubro de 2017.